



SEÇÃO TEMÁTICA

O voto, o povo e a carta: notas sobre a legitimidade das demandas evangélicas na campanha presidencial de Lula em 2022

The vote, the people, and the letter: notes on the legitimacy of Evangelical demands during Lula's 2022 presidential campaign

Carolina Falcão*

Resumo: O artigo propõe uma análise da “Carta ao Povo Evangélico” lançada pela campanha de Lula em 2022, durante o segundo turno das eleições presidenciais, sob a ótica da Razão Populista de Ernesto Laclau. Dividido em três seções, o trabalho explora a importância estratégica do “voto evangélico”, destacando como a campanha se direcionou para esse segmento através de comunicações específicas. Argumenta-se que o “tempo da política” promove a adesão entre candidato e eleitorado, enquadrando-o como público com demandas específicas de representação e comunicação. A segunda seção aborda o “povo evangélico” como uma construção discursiva contingente de demandas que se equiparam, enfatizando a carta de Lula que destaca as principais exigências deste grupo: a garantia do Estado laico e a proteção da família e da vida. Esses temas não só legitimam a participação do grupo no debate público como criam os vínculos de adesão necessários para a campanha. Na terceira seção, o foco é na carta como estratégia eleitoral, situando-a em relação à Carta ao Povo Brasileiro, de 2002. Destaca-se como o segmento evangélico transcende uma mera adesão estratégica, consolidando-se como ator político reconhecido no cenário polarizado que se desenha para além das eleições de 2022. Por fim, o texto ressalta a complexidade com que se deve considerar as relações entre subjetividades religiosas e a ação cristã, destacando o crescimento do segmento e seu impacto na identidade religiosa nacional, sinalizando mudanças significativas na política e na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Eleições 2022. Povo evangélico. Lula. Política.

Abstract: The article proposes an analysis of the “Letter to the Evangelical People” released by Lula’s campaign in 2022, during the second round of the presidential elections, from the perspective of Ernesto Laclau’s Populist Reason. Divided into three sections, the paper explores the strategic importance of the “evangelical vote,” highlighting how the campaign directed itself to this segment through specific communications. It argues that the “political time” promotes adherence between candidate and electorate, framing it as a public with specific demands for representation and communication. The second section addresses the “evangelical people” as a contingent discursive construction of demands that equate, emphasizing Lula’s letter that highlights the main requirements of this group: the guarantee of the secular state and the protection of family and life. These themes not only legitimize the group’s participation in public discourse but also create the necessary bonds of adherence for the campaign. In the third section, the focus is on the letter as an electoral strategy, situating it in relation to the “Letter to the Brazilian People” from 2002. It emphasizes how the evangelical segment transcends mere strategic adherence, consolidating itself as a recognized political actor in the polarized scenario that extends beyond the 2022 elections. The text concludes by emphasizing the complexity with which the relationships between religious subjectivities and Christian action should be considered, highlighting the growth of the segment and its impact on the national religious identity, signaling significant changes in Brazilian politics and society.

Palavras-chave: 2022 Elections. Evangelical people. Lula. Politics.

* Doutora em Comunicação (UFPE, Recife-PE). Professora do Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE (Recife-PE). ORCID: 0000-0002-7963-8722 – contato: carolina.falcao@ufrpe.br

Introdução

Neste artigo, proponho uma análise sobre a “Carta ao Povo Evangélico”, documento lançado pela campanha de Lula em 2022, durante o segundo turno das eleições presidenciais. Minha proposta é discutir, a partir da perspectiva da Razão Populista de Ernesto Laclau (2018), como um certo “povo evangélico” se consolida a partir da identificação das demandas que a carta enfatiza. O trabalho, dividido em três seções, toma como ponto de partida a importância estratégica do “voto evangélico” no pleito, ressaltando como a campanha se orientou em função de “acenos” e “furo de bolhas” junto ao segmento. Meu argumento é o de que o “tempo da política”, expressão que marca a realização de ciclos eleitorais, promove a adesão entre candidato e o eleitorado, que passa a ser enquadrado como um público com demandas específicas, tanto de representação (na figura de suas lideranças) como de comunicação (na necessidade de acenos e proposições). Assim, na primeira seção exploro, dentro dessa temporalidade, a discussão em torno do acesso ao “voto evangélico” que a campanha lulista ensejou.

A segunda seção se inicia com a percepção de que o voto evangélico produz, para além da contagem nas urnas, um interlocutor fundamental para a campanha: o “povo evangélico”. Aqui, a referência laclauiana é fundamental, pois entende-se povo como categoria política, que se constitui no esforço discursivo. Povo evangélico, nessa perspectiva, é o arranjo contingente de demandas que se articulam e se equivalem de modo a apontar um sistema relativamente estável de significados (Laclau, 2018, p. 124). A carta de Lula antecipa demandas proeminentes: a garantia do Estado laico e a proteção da família e da vida, delimitando assim o diálogo possível entre a candidatura e o “povo evangélico”.

A terceira e última seção se dedica à carta em si e sua especificidade como estratégia eleitoral capaz de apontar cenários para além do “tempo da política”. O paralelo com a Carta ao Povo Brasileiro, lançada vinte anos antes por um Lula que viria a se eleger pela primeira vez (2002) presidente do Brasil, é inevitável e lança luz sobre a forma como o segmento evangélico se mostra mais do que um grupo de adesão estratégica e se consolida como ator político reconhecido no espectro polarizado que as eleições de 2022 indicaram. Guardadas as diferenças contingenciais, em ambos os documentos se percebe como o povo se dá na expressão de suas demandas. Se, em 2002, anunciava-se um governo de sensibilidade desenvolvimentista, cumprindo os ditames da economia de mercado, em 2022 as demandas desse “povo evangélico” apontam para uma acomodação do segmento na condução do bem-estar social ou, como o próprio Lula descreveu, no “cuidado com o povo” (Partido dos Trabalhadores, 2022).

Por fim, é importante estabelecer como o termo “evangélico” constitui um fenômeno de difícil delimitação, sobretudo porque a própria expressão revela “um discurso sobre” e não uma categoria fechada da qual se podem extrair indicadores definitivos (Burity, 2020). Por isso, no trabalho, o termo deve ser compreendido como uma espécie de guarda-chuva sob o qual se expressa “um bem-sucedido processo de hegemonização do campo protestante pelos pentecostais” (Burity, 2018, p. 16). Ao mesmo tempo, não se pode negar que o crescimento do segmento, mesmo considerando toda a sua diversidade teológica e política, merece cada vez mais atenção, sobretudo no que há de

impacto na constituição de uma subjetividade religiosa hegemônica no país. De certa forma, isso reverbera o que, no campo da sociologia da religião, já vem sendo construído e anunciado há algum tempo: a virada definitiva na identidade majoritária cristã do país. Estudos do demógrafo brasileiro José Eustáquio Diniz Alves indicam que, a partir de 2032, o Brasil será um país de maioria evangélica, com mais de 40% da população (Carvalho, 2023). Tal mudança impacta num sentido muito nuançado da identidade religiosa nacional; afinal, o Brasil permanece sendo um país cristão, mas cada vez mais essa cristandade se dá em outros termos, de forma pluralizada em dispersão de denominações especialmente (neo)pentecostais. Além disso, é preciso atentar para o fato de que essa mudança não é apenas de ordem quantitativa: ela produz também efeitos de sentido a respeito desse grupo e sua presença na política, sugerindo inclusive os marcos em que novos arranjos políticos serão pactuados, para além de qualquer eleição.

A disputa pelo voto evangélico: uma perspectiva da construção da adesão

Das muitas formas de se compreender as dinâmicas eleitorais de 2022 no Brasil, a atenção dada ao voto evangélico merece uma dedicação analítica específica. Não porque se trate de algo inédito que o referido pleito trouxe para o debate, mas porque se ampliou consideravelmente o espaço para reflexões sobre o campo e suas interfaces com a política no país. Dentre as diversas perguntas que podem emergir a partir desse ponto de partida, destaco como questões conceituais (o que é o voto evangélico, como defini-lo), pragmáticas (como ele se comporta, quem ele escolhe), políticas (em torno de que disputas ele vai se constituir) e comunicacionais (como ele se torna visível e legítimo ao representar algo/alguém) se articulam de forma a substanciar o processo de compreender/desvendar/prever o “voto evangélico”, especialmente no contexto de polarização acirrada que se observou em 2022.

Assumo o referencial do “tempo da política” como o recorte necessário para entender como esse voto foi construído em termos de seu valor estratégico e sua diversidade interna, dois aspectos fundamentais nas análises sobre o tema. Com esse referencial, cunhado por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, refiro-me ao período eleitoral, momento em os partidos políticos são plenamente identificados e partem para um conflito aberto. Essa perspectiva está centrada na vivência da política como um fenômeno temporário, que interpela eleitores e políticos de formas completamente diferentes. O termo observa como nesse período específico, os políticos e a política aparecem para a comunidade e, ao fazê-lo, “interferem no cotidiano [dela] pois a política agrupa as pessoas segundo critérios diferentes daqueles existentes nessas comunidades, ou seja agrupa-as segundo votem num candidato político ou outro” (Palmeira; Heredia, 1995, p. 81).

Muito embora tenha sido concebido para compreender como as comunidades se movimentam em tais períodos, reverberando elementos da vida cotidiana na escolha eleitoral, o “tempo da política” também pode ser pensado como o tempo da disputa pelo voto. Conforme os autores complexificam o argumento, entende-se que há em funcionamento uma disputa por adesão, em que vicejam processos de identificação e constituição de unidades tanto em rede quanto individuais. Pensando a partir dessa

chave, proponho uma problematização da ideia de “voto evangélico” como um fenômeno típico do “tempo da política” e, por isto mesmo, inscrito em regras temporárias que visam à adesão muito mais do que uma delimitação clara do que está dentro e fora de seus limites. Nesse sentido, destaco a centralidade do líder religioso (personificado no pastor) na busca pela validação desse voto.

É importante salientar como o líder religioso é uma figura que navega por um cenário de complexas interações políticas. Há nele a premissa de autoridade e influência sobre os fiéis, o que, no tempo da política, aponta para um grande capital a ser negociado e mesmo cortejado nas adesões necessárias para a conquista do voto evangélico. Como indica Erica Amy Smith (2023), o líder religioso é capaz de influenciar as atitudes, a participação, o comportamento de voto e as disposições democráticas dos cidadãos. Porém, explica a autora, essa influência é “parcial, afetando algumas atitudes e comportamentos mais do que outros, e assimétrica, afetando alguns cidadãos mais do que outros” (p. 28, grifo nosso). A parcialidade e assimetria que a autora destaca podem ser observadas no caso de Paulo Marcelo Schallenberger, conhecido durante as eleições de 2022 como o “pastor do Lula”. Atuando como um tipo de consultor para os evangélicos durante a campanha petista, o pastor da Assembleia de Deus foi retratado como um interlocutor autêntico, um “evangélico real”, devido ao fato de nunca ter circulado em ambientes da esquerda ou acadêmicos (Mazza, 2022). Sua atuação, como explicou Ana Virgínia Balloussier em fevereiro de 2022, seria a de “furar a bolha pentecostal” no sentido de aproximar o PT dos evangélicos. Nas palavras da jornalista: “Esse eleitorado tem um histórico de idas e vindas com o partido. Grandes pastores já demonizaram a bandeira vermelha, mas, em 2002, muitos a tremularam” (Balloussier, 2022).

A adesão que Schallenberger postulava para o voto evangélico indicava uma virada de direção no que se referia à importância da pauta econômica em detrimento da pauta moral. Para ele, em junho de 2022 em entrevista ao jornal “Valor Econômico”, o “chão da fábrica dos evangélicos” decidiria o voto pela vida normal. Ou seja, temas como o aumento do custo de vida, ou a dificuldade da população para comprar alimentos e pagar as contas, passariam a “ter um peso maior agora na escolha do próximo presidente da República do que teve na eleição de 2018” (Agostine, 2022). Em agosto do mesmo ano, sua opinião já não era tão contundente e ressaltava a necessidade também de um “aceno aos evangélicos”. Em matéria para a revista “Piauí”, o agora “pastor solitário de Lula” era assim apresentado:

Falar só de economia não basta, em sua visão, porque “uma coisa é a lógica, outra é a fé”. Ele explica: “Infelizmente, com a maldade de alguns líderes, e com esse discurso de ‘bem contra o mal’ que o Bolsonaro faz, muitas vezes o irmão chega em casa, não tem pão, não tem leite, e ele pensa: ‘isso é uma provação que Deus tá me fazendo passar. Bolsonaro é o nosso Messias, Lula é o demônio.’ O cara consegue driblar a fome pela ideologia (Mazza, 2022).

Retomando os argumentos de Smith (2023), é importante ter em conta como líderes religiosos funcionam, em sistemas políticos como o brasileiro, enquanto líderes de opinião, ajudando a construir sentidos de unidade, ou de encaixe entre o político e o religioso. Não à toa, o caso do pastor consultor da campanha petista possui um horizonte semântico que compreende termos como “furar a bolha”, “construir pontes”,

“estabelecer diálogos” e “fazer acenos”, corroborando uma concepção de reciprocidade entre duas supostas unidades: o projeto político-econômico de Lula e os próprio evangélicos. Por outro lado, também é notório o esforço das análises em mostrar que existem outras lideranças (outros pastores) atuando no jogo político em posições que não são essencialmente antagônicas, mas, sim, contingencialmente incompatíveis. O caso do bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), é emblemático. Grande opositor da campanha petista em 1989, o religioso foi um dos aliados das gestões Lula I e II, de 2003 a 2010. O rompimento com o PT se anunciaria em 2014 e seria consolidado em 2018, com a adesão à campanha de Jair Bolsonaro.

No entanto, o distanciamento entre o Partido dos Trabalhadores e o campo evangélico não foi suficiente para impedir que a adesão do voto evangélico fosse postulada durante as eleições de 2022. Em matéria publicada no jornal “El País” em junho de 2021, a “corrida pelo coração e voto evangélicos” já pautava a análise do cenário eleitoral, que à época dava a Lula 49% da preferência do eleitorado (Betim, 2021). Naquele momento, é importante lembrar, Lula já havia revertido sua inelegibilidade e a aproximação com o segmento religioso era relatada como movimentação estratégica, e citava, entre outras táticas, o encontro com o bispo primaz da Assembleia de Deus de Madureira, Manuel Ferreira, ou as articulações realizadas pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), da Assembleia de Deus, com o presidente do legislativo do Rio, André Ceciliano (também PT-RJ). Nessa corrida pela adesão evangélica, a matéria também relatou o costume de Lula que, durante os 580 dias de prisão, “assistia na TV aberta aos programas religiosos e pôde entender a capacidade de convencimento de seus líderes” (Betim, 2021).

Dessa forma, é possível afirmar que o voto evangélico explicita o funcionamento, no tempo da política, do apelo a uma suposta unidade evangélica, que circula entre o capital de líderes diversos, que ainda assim não falam em nome desta totalidade. O que eles oferecem à campanha é uma mediação, uma possibilidade de interlocução com um eleitorado reconhecidamente potente, revelando uma influência que, como se viu com Smith (2023), é parcial e assimétrica. Essas figuras não podem garantir a totalidade da adesão, mas ressaltam a importância de “saber se comunicar” com o grupo, de reconhecer seu “modo de convencimento” e de estabelecer “acenos”. Movimentos que, no tempo da política, são fundamentais com o eleitorado de modo geral, e com o evangélico de modo mais específico. É nesse processo, argumento, que o voto evangélico vai se construindo (mais do que se desvendado ou revelando), uma vez que ele articula uma série de premissas sobre o que motiva o segmento a aderir a uma determinada plataforma política em detrimento de outra.

Interpelações ao “povo evangélico”: o diálogo possível em meio a disputas eleitorais

É particularmente importante ressaltar como, no debate sobre o voto evangélico, o segmento em si é apresentado como ator estratégico, decisivo até, para o resultado das eleições. Meu argumento é o de que, além do impacto no resultado das urnas, o

esforço em torno do voto evangélico produz um interlocutor com quem a candidatura petista especificamente, mas qualquer outra em geral, pôde se comunicar. Para isso, foi necessário inferir sobre um todo que, como discuti anteriormente, não é completamente representado e alcançado pelas lideranças religiosas que integraram a campanha de Lula em 2022. Nessa dinâmica, defendo que o processo de conquistar o voto evangélico produziu um povo evangélico, com quem a campanha dialoga e para quem “faz acenos”, reforçando alianças e evidenciando convergências que sacramentariam uma possível adesão do segmento. O mais relevante desses acenos é a “Carta ao Povo Evangélico”, lançada pela candidatura de Lula em 19 de outubro de 2022, a pouco menos de 15 dias do segundo turno. Nessa seção, proponho um olhar atento sobre o material, considerando que o diálogo possível que se estabelece entre a candidatura petista e seu interlocutor se dá a partir do reconhecimento de demandas que formam uma subjetividade coletiva entendida como o “povo evangélico”.

Primeiramente, é preciso ressaltar que “povo evangélico” é tratado aqui como elemento discursivo, o que assume implicações teóricas e analíticas fundamentais. Com essa referência, assume-se que, ao se debruçar sobre o discurso, lida-se com efeitos de sentido. Assim, o “povo evangélico” da carta de Lula é um lugar determinado na estrutura de uma formação social, representado nos processos discursivos em que é colocado em jogo. E mais:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (Pêcheux, 1997, p. 82).

O efeito de sentido mais evidente quando se pensa o “povo evangélico” é o de maioria, o que, no jogo político, produz sobreposições importantes com uma noção hegemônica mais ampla de povo. A expressão aciona sentidos de totalidade e de uma certa compreensão por parte da candidatura sobre quem é e o que quer este povo. Dessa forma, recorro a Laclau (2018) para pensar como a categoria povo precisa ser capaz de mobilizar demandas que se equivalem, produzindo um sentido de unidade. Isso porque o povo, como unidade política, tem na articulação de distintas demandas sua instância constitutiva. Tomando essa perspectiva, a demanda só se reconhece como tal porque representa a necessidade de um povo; ao mesmo tempo em que este povo só pode ser formulado/pensado a partir das demandas que é capaz de articular e fazer soarem equivalentes. Pensando a partir disso, é fundamental indagar quais demandas a carta de Lula identifica como articuladas e próprias ao povo evangélico a ponto de assumir um compromisso com elas.

De saída, destaca-se o compromisso com a laicidade do Estado, em que se manteria, como em suas duas gestões anteriores, “o mais absoluto respeito pelas liberdades coletivas e individuais, particularmente pela Liberdade Religiosa” (Partido dos Trabalhadores, 2022). O documento enfatiza:

Como todos devem se lembrar, no período de meu governo, tivemos a honra de assinar leis e decretos que reforçaram a plena liberdade religiosa. Destaco a Reforma do

Código Civil assegurando a Liberdade Religiosa no Brasil, o Decreto que criou o dia dedicado à Marcha para Jesus e ainda o Dia Nacional dos Evangélicos. Mantenho o mesmo respeito e o mesmo compromisso que me motivou a apoiar essas conquistas do povo evangélico. [...]

Todos sabem que nunca houve qualquer risco ao funcionamento das Igrejas enquanto fui Presidente. Pelo contrário! Com a prosperidade que ajudamos a construir, foi no nosso Governo que as Igrejas mais cresceram, principalmente as Evangélicas, sem qualquer impedimento e até tiveram condições de enviar missionários para outros países.

Não há por que acreditar que agora seria diferente. Posso lhes assegurar, portanto, que meu Governo não adotará quaisquer atitudes que firam a liberdade de Culto e de Pregação ou criem obstáculos ao livre funcionamento dos Templos (Partido dos Trabalhadores, 2022).

Como explica Paul Freston (2001), desde a Constituinte que a temática da liberdade religiosa organiza e viabiliza a presença de evangélicos no debate político nacional. Expediente de forte apelo público, o recurso à liberdade religiosa dá espaço ao processo de minoritização evangélico-pentecostal, em que o grupo se move retendo práticas tanto das velhas elites políticas quanto dos novos movimentos sociais em contextos democráticos (frentes, coalizões, alianças, redes), podendo, assim, combinar pautas “conservadoras” e “progressistas” (Burity; Giumbelli, 2020). Nessa perspectiva, a categoria “evangélicos” é um termo de abrangência ambígua e eficiente dentro da lógica de minoritização, pois estabelece um contraponto em relação ao catolicismo, valorizando o pluralismo religioso. É na “via eleitoral” que se pode observar como o modelo minoritizante evangélico foi bem-sucedido, sobretudo se se levar com consideração o alcance do grupo (e suas articulações com outras identidades religiosas cristãs) nas casas legislativas e executivas pelo país.

Outro compromisso ratificado na Carta se inscreve na já reconhecida “agenda moral” ou “pauta de costumes” que geralmente identifica o segmento no debate político. Nessa perspectiva, dois pontos merecem atenção na carta: a atenção à família e o refutação do aborto. No primeiro, temos:

Outro compromisso que assumo: fortalecer as famílias para que os nossos jovens sejam mantidos longe das drogas. Nós queremos nossa Juventude na escola, na iniciação profissional, realizando atividades esportivas e culturais para que tenham mais oportunidades e exerçam cidadania de forma produtiva, saudável e plena. O respeito à família sempre foi um valor central na minha vida, que se reflete no profundo amor que dedico à minha esposa, aos meus filhos e netos. Por isso compreendo o lugar central que a família ocupa na fé cristã. Também entendo que o lar e a orientação dos pais são fundamentais na educação de seus filhos, cabendo à escola apoiá-los dialogando e respeitando os valores das famílias, sem a interferência do Estado (Partido dos Trabalhadores, 2022).

O tema do aborto é colocado pela candidatura ao expressar o “compromisso com a Vida em todas as suas fases”. A vida como algo sagrado reforça tanto a posição pessoal de Lula quanto o exime de uma responsabilidade institucional enquanto mandatário: “Sou pessoalmente contra o aborto e lembro a todos e todas que este não é um tema a ser decidido pelo Presidente da República e sim pelo Congresso Nacional”. Em ambos os tópicos (família e aborto), vê-se o reconhecimento de pautas valiosas para o segmento evangélico, uma vez que reforçam as contrapartidas familiares no processo de reprodução

material da vida. Cenário em que, como explicam Emanuelle Rodrigues e Carolina Falcão (2021), o segmento evangélico vem desempenhando papel fundamental. As autoras ressaltam como todo o espectro cristão (mas não só ele) vem reconfigurando várias modalidades de ação na vida pública em torno de debates sobre a vida e sobre a família. No caso específico dos evangélicos, percebe-se um ativismo múltiplo e dinâmico, que busca ocupar posições (de poder, de decisão) e fazer proliferar referências públicas de atuação.

Como muitas análises sugeriam à época do lançamento do documento, o que Lula “prometia” ao povo evangélico era (1) o reconhecimento de sua pautas e (2) a garantia de um lugar num futuro governo (Bomfim, 2022). Em termos de estratégia, a Carta também destravava uma contenção ao avanço bolsonarista dentro das igrejas, puxado por nomes como Silas Malafaia e José Wellington Bezerra da Costa (Ballousier; Seabra; Azevedo, 2022). A denúncia contra as *fake news* e o uso político da fé ressaltam marcadores importante sobre a disputa eleitoral de 2022, em que a desinformação foi um vetor central para a adesão e conquista de votos.

Ao pactuar sobre Estado laico, família e aborto, a Carta aos Evangélicos estabelece o diálogo possível com o segmento, distinguindo o terreno específico onde a adesão com a candidatura se legitima frente ao grupo. De certa forma, é um diálogo que sustenta um lugar já atribuído ao segmento, o de guardião das chamadas “pautas morais”. Muito embora seja importante destacar que não é este o único grupo a se arvorar em torno de tais pautas, tampouco essa legitimação não representa qualquer totalidade sobre o que pensa o grupo em sua diversidade de denominações e orientações políticas e teológicas.

Assim, entendo que, para pensar os termos desse diálogo, é preciso retomar Laclau (2018) e sua discussão sobre como se forma “o povo”. Especificamente na relação que o autor apontou entre o desenvolvimento de uma “demanda popular” e a consequente produção da noção de povo. Isto é: “Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas demandas populares” (p. 124). É nessa relação de demandas populares articuladas que começa a se constituir aquilo que se chama de povo, explica o autor. Nessa perspectiva, o povo é uma construção política, que se faz ver a partir de um processo de hegemonização discursiva. Assim, mais do que um mero aceno ou forma de comunicação, a Carta reconhece “demandas populares”, referendando, numa perspectiva laclauiana, “o povo evangélico”. Dito de outra forma, na carta de Lula são as demandas a serem atendidas pelo futuro governo que formam o povo evangélico, e não o contrário.

Apenas um pedido de voto? A carta e o lugar dos evangélicos depois do tempo da política

Pensando o “povo evangélico” no modo laclauiano, ou seja, como construção política que emerge da cadeia de demandas/reivindicações populares a partir do qual se pode pensar uma subjetividade coletiva, quero propor nesta seção uma reflexão a respeito do que a Carta indica de legitimação desse sujeito no campo da política institucional.

Além disso, é importante ressaltar como o recurso à carta valida os evangélicos como grupo prioritário nas eleições, imprimindo ao segmento o mesmo valor que se atribui ao mercado financeiro, quando do lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro” pela campanha Lulista de 2002. No documento de mais de 20 anos, Lula se apresenta ao “povo brasileiro” como fiador das expectativas de mudanças políticas. A reconhecida estratégia pacificadora do documento coloca no lugar do conflito de classes

[...] uma dialética de modelos de gestão (“atual modelo” x “novo modelo”), o partido constrói para si uma imagem de administrador eficiente, pautada numa vasta erudição em terminologias financeiras/mercadoológicas. Em defesa do Brasil, e erigindo-se como um aglutinador de uma vasta coalizão suprapartidária (formada por todas as classes, patrões e empregados), o PT, ao mesmo tempo, assenta o seu caráter na figura emblemática de Lula (Galinari; Pereira, 2019, p. 387).

Vale lembrar que, no pleito daquele ano, Lula encarava sua quarta corrida presidencial (1989, 1994 e 1998) e sairia dele eleito pela primeira vez. Numa perspectiva laclauiana, o significativo povo (dessa vez, o brasileiro) articulava demandas muito “mercadoológicas” como a necessidade de mudança dentro dos marcos da economia de mercado e a pactuação de um realismo econômico em que ideias de crescimento e desenvolvimento coexistam com premissas de igualdade e bem-estar (Almeida, 2004)¹. A Carta ao Povo Brasileiro sinalizava uma “conciliação com o mercado” ao mesmo tempo em que demarcava as linhas mestras da plataforma política que marcaria a gestão do Partido dos Trabalhadores na presidência: o combate às desigualdades agudas do país sem o enfrentamento das estruturas que a reproduzem (Santos, 2018, p. 102). Quando do lançamento da Carta ao Povo Evangélico, análises comparativas entre os dois documentos, separados por exatos 20 anos, ressaltavam como a principal liderança em oposição ao bolsonarismo estava disposto a fazer concessões a um segmento tão amplo e diverso.

Nos dois documentos prevalece um “outro” que precisa ser convencido e de certa forma acalmado. Segundo Miguel Caballero, se em 2002 houve uma escalada crítica dentro das bases do partido em relação a pactuação proposta, o mesmo fenômeno não se observou com a Carta aos Evangélicos, que foi amplamente aceita tanto pelos quadros do partido quanto pela militância. Assim, cada documento demonstra, em função de suas contingências, mudanças no conteúdo “do debate político brasileiro, bem como da disposição em fazer concessões da principal liderança política de esquerda no Brasil — e também de sua militância a encampá-las” (Cabellero, 2023). Assim, se é possível afirmar que o “povo brasileiro” da Carta de 2002 demonstrava o reconhecimento e legitimação dos “valores do mercado” para a primeira gestão petista, é possível navegar pela pactuação em torno do “povo evangélico” para refletir sobre os moldes institucionais com que o segmento passa a atuar (ou reivindicar atuação) na terceira gestão de Lula.

Nesse sentido, para além de perceber o “povo evangélico” enquanto significativo que flutua em derivas em torno de determinadas posições morais e éticas, me interessa pensar em suas dimensões como ator político qualificado para a vida pública. Essa proposta

1 Vale lembrar que, à época, o PT nunca havia dirigido o país e muito de sua retórica pública se baseava num programa de ruptura com pontos da cartilha da economia de mercado.

encampa uma premissa fundamental, que remonta ao processo de redemocratização do país, no final dos anos 1980. A promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou o escopo de representações nos processos decisórios, passando a contemplar agenciamentos diversos, incluindo também os religiosos. Assim, “a legitimidade de figuras religiosas para atuarem [...] em outros campos (como o das políticas educacionais, assistência social ou temáticas indígenas, por exemplo) já está pactuada desde a gênese democrática” (Falcão, 2021).

Dessa forma, quando se fala sobre a legitimidade da atuação evangélica na política institucional, é menos sobre uma exterioridade ou estranhamento desse segmento à vida pública e muito mais nos termos em que isto acontece e como esse processo vai se transformando a cada ciclo eleitoral. Eis uma parte relevante da Carta de Lula sobre o tema:

Se Deus e o povo brasileiro permitirem que eu seja eleito, além de manter esses direitos, vou estimular sempre mais a parceria com as Igrejas no cuidado com a vida das pessoas e famílias brasileiras.

Sei muito bem que em todas as regiões do Brasil há Igrejas com Irmãos e Irmãs que trabalham ativamente nas suas comunidades com a propagação do Evangelho e com o cuidado do povo, dedicando-se a tornar mais leve os fardos espiritual e social de milhões de pessoas.

Declaro meu respeito e minha admiração pela fé, dedicação e amor com que os evangélicos realizam sua missão, seja na área da difusão do evangelho, seja na área da assistência social, proteção da infância, da juventude, das mulheres, dos idosos e das pessoas com deficiência. Da mesma forma é bem-vinda a participação de Evangélicos nas diversas formas de participação social no Governo, como Conselhos Setoriais e Conferências Públicas (Partido dos Trabalhadores, 2022).

O trecho acima ilustra muito bem o que se arrisca antecipar sobre a efetiva participação evangélica no governo Lula III. É importante ressaltar que essa “parceria” e “trabalho ativo”, atravessados pelos já expressos comprometimentos com a família e com a proteção à vida, dão sentidos muito específicos à atuação no campo da assistência social. Ressalto como a enumeração dos diversos sujeitos com direito à proteção que são elencados no documento petista (a infância, a juventude, as mulheres, os idosos, e as pessoas com deficiência) se enquadram na “decantação de direitos” identificada durante a gestão de Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de 2019 a 2022 (Rodrigues; Falcão, 2021). Esse processo de decantação enfatiza a vulnerabilidade e a ameaça em detrimento do enfrentamento das desigualdades. A partir desse modelo, se “produz os sujeitos a serem protegidos” e consequentemente, “abre a possibilidade de narrativas exemplares, de superação de condições adversas, em que as contingências históricas, políticas, econômicas ou de qualquer outra ordem, contam muito pouco na compreensão da realidade” (Rodrigues; Falcão, 2021, p. 70). Nessa chave, a “fé, dedicação e amor” do povo evangélico são elementos centrais para “o cuidado com o povo” de que fala a Carta.

Colaborando com o que postula Paula Montero (2012), entendo que o espaço da assistência social consiste como verdadeira jurisdição religiosa na sociedade brasileira. Isso significa que, como resultado da ampliação das competências do religioso no país, “as próprias organizações se modificaram de tal modo que, em alguns casos,

torna-se difícil distinguir se estamos diante de um arranjo religioso, ou de um arranjo empresarial, acadêmico ou propriamente político” (Montero, 2012, p. 173). Com isso, destaco como as instituições religiosas vão paulatinamente se legitimando como aptas a gerirem o bem-estar social, ou, como está posto na carta de Lula, a tornarem mais leves “o fardo espiritual e social de milhões de pessoas”. Cabe aqui refletir sobre como essa demanda se soma a outras tantas já fortemente associadas ao segmento evangélico, legitimando-o para os “temas do cuidado” de modo cada vez mais amplo, para além da esfera da família. Navegar por essas relações intrincadas requer um entendimento cada vez mais nuançado sobre as reciprocidades entre o religioso e o político, de modo a evidenciar o quanto a cidadania política é alimentada por posições ético-religiosas, de modo que se considere que é preciso manter a

[...] atenção às moralidades cotidianas e à produção das subjetividades ético-políticas, bem como às tentativas de fazer valer coletivamente os valores que dão sustentação às [...] comunidades morais particulares, à participação política e à produção cotidiana de uma sociedade democrática (Dullo; Hatzikidi; Cesarino, 2023, p. 21).

Os enredamentos entre cristianismo evangélico e política assumem hoje contornos outros, específicos, que são capazes de produzir “novas relações sociais, modos de participação política e noções sociais de pessoa” (O’Neill, 2009, p. 334, tradução nossa). Assim, é preciso ressaltar como a Carta que Lula endereçada ao “povo evangélico” ultrapassa, nesse âmbito, uma “simples” proposta de adesão e faz ver a autoridade com que o segmento assume certos aspectos da política institucional. Colaborar, por assim dizer, com a gestão do bem-estar social promove, em meio aos ativismos dos grupos religiosos de modo geral e dos grupos evangélicos mais especificamente, uma atuação cada vez mais identificada com a autoridade do Estado. Fato que atordoa ainda mais a “tensão produtiva” que existe entre o religioso e o secular (Hirschkind, 2017). Esse é um aspecto que a Carta revela, para além do “tempo da política”, uma vez que acentua as áreas cinzentas entre os limites do secular e religioso. Insisto nessa distinção a partir do trabalho de Charles Hirschkind (2017), quando ele formula a ideia de sensibilidade secular como dinâmica relacional, ou seja: uma prática que “não pode ser abstraída da narrativa secularista da substituição progressiva do erro religioso pela razão secular” (p. 183).

Tomar a sensibilidade secular como dinâmica relacional é mais do que assumir o imbricamento histórico entre o religioso e o secular, ou prever um quadro determinante de disposições, mas, sim, levar em conta como toda prática secular está sujeita a certa indeterminação e instabilidade. “Tal instabilidade, assegurada em princípio pela impossibilidade de excluir o secular do religioso, não é um limite sobre o poder secular, mas uma condição de seu exercício” (Hirschkind, 2017, p. 185). A partir desse referencial, defendo que, para além de propor uma adesão com o povo evangélico, a Carta também dá pistas interessantes sobre como a sensibilidade secular se repectua como produto de sua própria condição em manejar de seus limites. Essa perspectiva exclui da análise qualquer suposição sobre uma natureza antissecular do segmento evangélico. Nesse sentido, quero ressaltar como essa reorganização da sensibilidade secular dá um lugar aos evangélicos, menos por conta de assunções morais sobre o segmento (o que

não deixa de ter uma valor importante no “tempo da política”) e mais por causa da sinalização clara sobre a participação institucional do grupo no governo².

Considerações finais

O voto, o povo e a carta são três emblemas de como os evangélicos ocuparam espaço significativo na campanha presidencial vitoriosa de 2022. Se no ciclo eleitoral de 2018 o voto evangélico se configurou como um voto em Bolsonaro (Almeida, 2020), no seguinte, em 2022, ele foi ainda mais disputado, negociado e analisado, ocupando as pautas de todos os meios de comunicação que cobriram o último pleito (Evangelista, 2022). No entanto, mesmo contabilizando uma significativa preferência em relação à candidatura bolsonarista, o voto evangélico não cobriu uma totalidade capaz de garantir a reeleição do então presidente. Para esquadrinhar as nuances dessa escolha política, propus um caminho de interlocução entre voto e povo evangélicos, significantes polisêmicos na campanha lulista. Assim, o voto como proposta de adesão pretende “falar com (ou como)” os evangélicos, fazendo-lhes “acenos” ou “furando bolhas”, para isso, a presença das lideranças religiosas foi estratégica.

Na campanha de Lula especificamente percebe-se como a ausência de grandes nomes midiáticos de lideranças pastorais abriu espaço para uma multiplicidade de figuras e articulações de menor escopo. Essa figura especializada que sabe falar com (ou falar como) os evangélicos é um dado importante, pois revela como se conhecem as dinâmicas muitas vezes flutuantes da interface entre política e religião. Como explica Amy Erica Smith (2023), as lideranças religiosas não possuem abordagens políticas fixas, o que faz com que elas sejam compatíveis ou incompatíveis com determinadas plataformas eleitorais a “dependem de questões conjunturais, como variações temporais e geográficas dentro de uma mesma denominação” (p. 75).

Meu argumento foi que, na corrida de 2022, a necessidade de compreender/prever o voto evangélico teve como principal consequência o posicionamento de um interlocutor, que respondesse às propostas de adesão que o tempo da política urge em criar. Trata-se do povo evangélico, destinatário de uma carta em que a campanha petista estabelece o diálogo possível em torno de demandas caras ao segmento: a garantia do Estado laico e a condução de pautas morais fundamentais como a defesa da vida e da família. Assim, me detive na investigação do povo evangélico numa perspectiva laclauiana, que conecta uma concepção de povo à articulação de demandas populares. Isso posiciona o povo evangélico enquanto construção política, e a Carta de Lula como uma superfície em que as demandas são reconhecidas e outras sensibilidades passam a ser pactuadas. Sujeito político coletivo, o povo é uma categoria analítica fruto do entrelaçamento de processos distintos, que permitem a fixação temporária das diferentes demandas em unidades provisórias na forma de cadeias de equivalência (Laclau, 2018). Nesse

² Cabe, num esforço de análise que ultrapassa os limites deste artigo, acompanhar como esses novos limites seculares vão responder tanto às demandas de “cuidado do povo” quanto aos anseios políticos e de participação do grupo convidado a juntar-se ao governo Lula III.

processo, o “cuidado com o povo” se somou com o cuidado da família/vida e proteção do estado laico, estes últimos temas caros e já reconhecidos pela agenda evangélica. Essa nova demanda dá indícios importantes de como, para além do tempo da política, o povo evangélico (não mais identificado com o voto) pode se mover politicamente.

Assim, foi possível dizer que não existe um povo evangélico a fazer demandas e sim demandas que formam o povo evangélico. Além disso, essas demandas se transformam e se (re)articulam em função de contingências específicas e, neste movimento, há formas e sentidos a tantos outros povos evangélicos quantos forem as contingências que marcarem um determinado ciclo eleitoral. O que fica do pleito de 2022 parece ser a confirmação de que, a despeito das demandas que venham a formar o “povo evangélico”, este é um ator reconhecido e cortejado por qualquer projeto do espectro político nacional, por mais polarizado que ele esteja.

Referencias

AGOSTINE, Cristiane. Pauta econômica e não a de costumes é que define voto de evangélico, diz pastor lulista. Valor Econômico, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/06/01/pauta-economica-e-nao-a-de-costumes-e-que-define-voto-de-evangelico-diz-pastor-lulista.ghtml> Acesso em: 01 jul. 2022.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Dois anos de “Carta ao povo brasileiro” de volta a um documento de ruptura. Revista Espaço Acadêmico, n. 38, jul. 2004. Disponível em: <https://bitlybr.com/lKhcvSC> Acesso em: 15 out. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo. Players evangélicos na crise brasileira (2013-2018). In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 217-236.

BALLOUSSIER, Anna Virginia; SEABRA, Catia; AZEVEDO, Victoria. Lula lança carta aos evangélicos e rechaça aborto, banheiro unissex e pastor que mente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/lula-lanca-carta-aos-evangelicos-e-rechaca-aborto-banheiro-unissex-e-pastor-que-mente.shtml> Acesso em: 10. Dez. 2022.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Lula reedita ‘Carta aos Evangélicos’ de 2002 e marca evento com pastores. Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/lula-reedita-carta-aos-evangelicos-de-2002-e-marca-evento-com-pastores.shtml> Acesso em: 10. Dez 2022.

BETIM, Felipe. A dura batalha entre Lula e Bolsonaro pelo coração (e o voto) dos evangélicos em 2022. El País, São Paulo, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-28/a-dura-batalha-entre-lula-e-bolsonaro-pelo-coracao-e-o-voto-dos-evangelicos-em-2022.html> Acesso em: 01 Jul. 2022.

BOMFIM, Camila. Campanha de Lula planeja carta a evangélicos. G1, 06 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/06/campanha-de-lula-planeja-carta-a-evangelicos.ghtml> Acesso em: 15 jul. 2023.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. *Religião & Sociedade*, v. 40, n. 1, jan-apr 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872020v40n1editorial>

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 15-66.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-216.

CABALLERO, Miguel. Análise: intervalo de 20 anos entre cartas de Lula, que agora fala aos evangélicos, revela sinais dos tempos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/analise-intervalo-de-20-anos-entre-cartas-de-lula-que-agora-fala-aos-evangelicos-revela-sinais-dos-tempos.ghtml> Acesso em: 10. Dez. 2022.

CARVALHO, Rone. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. *BBC Brasil*, São José do Rio Preto, 22 Jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo> Acesso em: 01 set. 2023.

DULLO, Eduardo; HATZIKIDI, Katerina; CESARINO, Leticia. Por uma antropologia da democracia – e de seus desafios. *Horizontes Antropológicos*, São Paulo, v. 29, n. 65, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e650201> Acesso em: 01. Jul. 2023.

EVANGELISTA, Ana Carolina. Desvendando o voto evangélico. *Revista Piauí*, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/desvendando-o-voto-evangelico/> Acesso em: 10. Dez. 2022.

FALCÃO, C. Da Ruptura à Releitura: transformações nos Direitos Humanos no Brasil dos anos 2010. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 29–48, 2021. DOI: 10.25160/bjbs.v10i1.126101. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/126101> Acesso em: 24 jul. 2023.

FRESTON, Paul. *Evangelicals and politics in Asia, Africa, and Latin America*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2001.

GALINARI, Melliandro Mendes; PEREIRA, Luciana de Souza. Da Carta de Princípios (1979) à Carta ao Povo Brasileiro (2002): variações éticas do Partido dos Trabalhadores. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 359-400, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1335> Acesso em: 19 Jul. 2023.

HIRSCHKIND, Charles. Existe um corpo secular? *Religião e Sociedade*, vol. 37, n.1, p. 175-189, 2017

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

MAZZA, Luigi. O Pastor Solitário de Lula. *Revista Piauí*, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-pastor-solitario-de-lula/> Acesso em: 01 Out 2022.

MONTERO, Paula. Controvérsia Religiosa e Esfera Pública: Repensando as Religiões como Discurso. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

O'NEILL, Karen. But our citizenship is in heaven: a proposal for the future study of Christian citizenship in the global south. *Citizenship Studies*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 333-348, 2009.

PALMEIRA, Moacir G. S.; HEREDIA, Beatriz María Alasia de. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 31-94, 1995. ISSN 2357-738X. ISSN-e 0102-4302

PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Famílias dormindo na rua não é de Deus”, afirma Benedita em reunião com Lula. [S.l.], 19 out. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/familias-dormindo-na-rua-nao-e-de-deus-afirma-benedita-em-reuniao-com-lula/> Acesso em: 01. Jul. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, Emanuelle G. B.; FALCÃO, Carolina Cavalcanti. Família de Deus, valores neoliberais: Damares Alves e a depuração de direitos. *Relegens Thréskeia: Estudos e Pesquisa em Religião*, v. 10, p. 54-77, 2021.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos. Um história da onda progressistas sul-americana (1998-2016). São Paulo, Elefante, 2018.

SMTIH, Amy Erica. *Religião e Democracia Brasileira: dos bancos das igrejas para as urnas*. Petrópolis: Vozes, 2023.

Submetido em: 24/01/2024

Aprovado em: 03/06/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Alfredo Teixeira.